

“Os fatores externos impedem uma recessão semelhante à de 82/83”

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O programa de ajuste que a área econômica traçou para este ano e 1989 não deverá apresentar efeito recessivo tão forte quanto o ajuste realizado no governo Figueiredo, quando o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou queda. Quem faz esse prognóstico é o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore.

Ele acha que a situação brasileira no momento é mais confortável do que no período 1982-1983, dada a conjuntura internacional. “Existem forças internacionais contracíclicas que atuam em favor do Brasil e, na prática, a menor demanda interna não vai con-

taminar na mesma proporção o nível de emprego”, avaliou ele ontem, depois de participar do seminário promovido pelo Banco do Brasil para os administradores das agências externas.

Ele enumerou essas “forças contracíclicas”: “primeiro, a desvalorização do dólar norte-americano viabiliza o crescimento das exportações para a Europa e demais países de outras moedas; segundo, as taxas de juro externo estão mais baixas; terceiro, não há perspectiva de recessão nos países industrializados do Ocidente (o que faz prever que sejam reduzidas as restrições às importações da parte desses países) e, em quarto lugar, a conjugação de queda dos juros

com queda do dólar faz subir para cima o preço das “commodities”, o que também favorece países devedores como o Brasil. Diante do quadro, Pastore afirma que “é possível fazer ajuste com recessão menor”.

Em sua opinião, é muito provável que o Brasil venha a acumular reservas internacionais neste ano, o que tornará o País mais líquido do que em 1987 e 1986. As exportações estão transformando-se em caixa mais rapidamente e, ainda, não se pode perder de vista as possibilidades de ingresso de “dinheiro novo” através da retomada dos financiamentos oficiais. Pastore também falou do acordo externo que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, negociou com os bancos credores, considerando-o “melhor do que aquele que eu estive para fechar (antes de sair do governo)”.

Pelo menos dois pontos foram destacados como mais interessantes para o País: o prazo de reestruturação de vinte anos (a pro-



Affonso Celso Pastore

posta apresentada por Pastore previa dezesseis anos) e o “spread” — taxa de risco —, que no acordo atual foi fixado em 0,8125% ante a taxa de 1,125% contida no plano apresentado aos credores em fevereiro de 1985.

Para Pastore, a inflação apresenta-se hoje como o principal problema a ser contornado — “ela está alta demais”.